

Seagro – 20 anos de representação e conquistas

Raul Zucatto

O Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina – Seagro/SC – é uma entidade de representação e defesa dos engenheiros agrônomos. Fundado em 29 de abril de 1983 para o fortalecimento da agropecuária catarinense, desenvolvimento rural e representação e defesa dos interesses da categoria, comemorou seu vigésimo aniversário no último 29 de abril. Nestes 20 anos de lutas, fixou sua sede em Florianópolis, mas atua em todo o território catarinense, de forma descentralizada, através de 22 diretorias regionais localizadas nos pólos de maior expressão socioeconômica, congregando atualmente 1.375 associados. Com este modelo organizacional, o Seagro está mais próximo dos profissionais, podendo ajudá-los a equacionar seus problemas e lutar pelos seus direitos e pelas suas aspirações.

Para poder desenvolver suas atividades de forma integrada e independente, o sindicato atua em parceria e interage com diversas outras instituições, principalmente com as empresas públicas (Epagri, Cidasc, Instituto Cepa e Ceasa), Delegacia Federal da Agricultura (Mapa), agroindústrias e cooperativas, procurando desenvolver, organizar e apoiar as ações que visam a conquista de melhores condições de vida e de trabalho, para a valorização profissional da categoria representada. A Epagri, principal parceira do Seagro, é também a maior empregadora da categoria (aproximadamente 400 engenheiros agrônomos), cujos profissionais atuam, de forma eclética, em diversas frentes de trabalho, mas principalmente em pesquisa agropecuária e extensão rural.

No âmbito interno, o Seagro procura promover a solidariedade entre os associados, desenvolvendo e fortalecendo a consciência de classe,

assim como busca contribuir para a preservação e a qualidade de vida e do meio-ambiente, em prol do desenvolvimento. Outro serviço importante à disposição da categoria é a assessoria jurídica, que tem prestado inestimável apoio, orientando, assessorando e ajuizando ações individuais, plúrimas e coletivas, em defesa dos profissionais ou dos interesses coletivos da categoria e do mercado de trabalho. Também o trabalho da assessoria econômica, prestado pelo Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – Dieese –, é um serviço que está à disposição. A Tabela de Honorários Agrônomicos elaborada pelo sindicato é mais uma contribuição, auxiliando na definição da remuneração pelos serviços prestados, em especial, pelos que atuam na iniciativa privada. Somam-se ainda a estes serviços o incentivo à criação e apoio funcional à Uneagro/SC, como mais uma alternativa de mercado de trabalho para a categoria, e o apoio e a participação, em conjunto com a Aeasc, o Crea, a Confaeab, o Confea e outras instituições ligadas ao ensino e ao setor agropecuário, na realização de eventos de capacitação e de atualização profissional.

Os desafios que se apresentam para o futuro são muitos, mas já está sendo estabelecida uma ação integrada e permanente com as entidades representativas dos produtores rurais e com as empresas agrícolas, públicas e privadas, bem como com a Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Esta ação visa definir novas e oportunas estratégias e ações em defesa e fortalecimento do setor rural catarinense, proporcionando aos agricultores condições facilitadas de acesso ao crédito, reaparelhamento e modernização de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e melhoria da tecnologia de produção, com ênfase para os alimentos orgânicos.

Também está sendo planejada uma discussão com os centros acadêmicos e os cursos de Agronomia, visando o aperfeiçoamento curricular, principalmente no que diz respeito à ética e à legislação profissional, ao papel do sindicato e à importância das entidades de classe, para que o setor

possa preservar e ocupar espaços e viabilizar a concretização de ações mais efetivas em benefício da sociedade, para sua inserção num mercado global dominado pela competência e qualidade.

Raul Zucatto, eng. agr., Epagri, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-5609, fax: (048) 239-5597, e-mail: zucatto@epagri.rct-sc.br.

Miopia ou incoerência das ONGs rurais de Santa Catarina?

Ademir Antonio Cazella

Para quem trabalha com o tema do desenvolvimento rural, uma das contribuições mais instigantes, tanto teórica como prática, vem da “Terceira Itália”. Certas zonas do centro e do nordeste desse país apresentam uma dinâmica de desenvolvimento profundamente diferente de duas outras grandes regiões: a “Primeira”, situada no triângulo industrial localizado entre as cidades de Milão, Gênova e Turin, que abriga os grandes parques industriais, e a “Segunda”, representada pelo grande sul (Mezzogiorno), onde os vínculos verticais de clientelismo predominam e explicam, em grande parte, seu menor dinamismo econômico.

Na “Terceira Itália”, a industrialização difusa ou os Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) imprimem um modelo particular de desenvolvimento. Os chamados distritos industriais são constituídos por núcleos populacionais com menos de 500 habitantes, verdadeiros “campos urbanizados”, e por uma miríade de pequeninas e médias empresas (1).

A literatura sobre o assunto, além de apaixonante, é abrangente, razão de nos atermos a cinco grandes “lições”, comumente destacadas pelos estudiosos do caso italiano. As três primeiras lições consistem na articulação de fenômenos, por vezes, paradoxais, que criam um ambiente institucional particular. O sucesso

dessa articulação está diretamente associado à capacidade de promover a **cooperação**, tendo a **concorrência** como norma; de fomentar a **participação**, sendo o **conflito** um elemento constitutivo do processo; e de combinar o **saber científico** com o **conhecimento prático** dos atores locais.

A quarta lição, e a mais diretamente relacionada aos interesses deste artigo, refere-se às estratégias adotadas pelas instituições que integram os Sistemas Produtivos Localizados diante dos crescentes desafios ditados pelo mercado. No início dos anos 90, diversos SPLs entraram em crise devido à concorrência internacional, especialmente de países asiáticos. Diante destes desafios, a opção em aprofundar a cooperação entre empresas concorrentes foi o caminho trilhado. A constituição de **centros de estudos** teve como objetivo principal a formulação de alternativas capazes de contornar os efeitos perversos da crise. A capacidade de reprodução de diversos SPLs se explica, em grande parte, por redirecionamentos técnico-produtivos concebidos estrategicamente no interior desses centros de estudos.

Qual a relação dessas lições com a experiência das ONGs que atuam no meio rural de Santa Catarina¹? Qualquer análise sobre a atuação dessas organizações vai mostrar a existência de dois momentos distintos: o primeiro, que antecede a constituição do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – Cepagro –, no início dos anos 90, e o segundo, posterior à constituição desse Centro. Além de coordenar projetos de desenvolvimento rural, o Cepagro foi antes de tudo um **centro de estudos** e de articulação institucional. Seus principais projetos de desenvolvimento rural foram precedidos por rigorosos estudos, debates, articulações políticas, mediações de conflitos, críticas e sugestões que demandaram tempo e envolveram diversos atores sociopolíticos. Ou seja, um ambiente institucional muito próximo das quatro lições referidas.

A parceria com experientes profissionais franceses foi, sem dúvida, um elemento diferenciador. No entanto, essa originalidade representa apenas a face mais visível do processo de concepção de projetos estratégicos de desenvolvimento rural e de fortalecimento da agricultura familiar. A outra face, nem sempre valorizada pelas ONGs parceiras, consistia no esforço de articular “especialistas” locais, na maioria das vezes enclausurados ou preteridos nas suas instituições de origem, seja na universidade, seja nas empresas públicas do setor agrícola catarinense. Foi desta forma que os projetos de “Cooperativismo de crédito rural” (embrião do atual Sistema Cresol), de “Agroindústria de pequeno porte”, de “Agroturismo”, de “Casa Familiar Rural”, de “Planejamento estratégico participativo”, de “Gestão e contabilidade agrícola simplificada” e de “Produção de leite à base de pasto”, para citar os principais, foram elaborados e operacionalizados.

Situado no interior do Centro de Ciências Agrárias / Universidade Federal de Santa Catarina – CCA/UFSC – e mantendo vínculos estreitos com empresas ligadas à Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural, o Cepagro contou com a contribuição e a experiência de vários profissionais. Esta particularidade ampliava sua capacidade de concepção de projetos, que se tornariam referência inclusive para outros Estados. Se hoje estes projetos encontram-se incorporados nas agendas de trabalho de diversas ONGs e mesmo fora delas, em algum momento, profissionais analisaram, discutiram e elaboraram propostas e estratégias de ação, organizaram missões para a França e acolheram profissionais franceses, dialogaram com lideranças representativas da agricultura familiar, antes de lançá-los para o debate público.

Infelizmente, essa experiência de exercício da cooperação, da participação e da confiança num ambiente marcado pela concorrência e pelo conflito foi abortada antes da sua consolidação. Atualmente, vive-se ainda do efeito inercial e dos oportunismos de “mer-

cado” gerados pela fase precedente, que, com certeza, tendem à estagnação. Aos poucos, o velho e conhecido isolamento institucional voltará a ser regra. O que mais impressiona o observador externo é que esse tipo de análise não compõe o rol de preocupações imediatas de muitos dos profissionais que, mais que assessorar, dirigem as ONGs. Poderia ser instrutivo e interessante se interrogar sobre o que pensam a respeito os membros das famílias de agricultores que compõem o universo dessas organizações. Ironicamente, a maioria desses profissionais tem um discurso marcado pela necessidade da cooperação, da solidariedade e da confiança dos atores locais, que eles próprios nem sempre conseguem exercitar entre seus pares.

A miopia de parte significativa desses profissionais desestruturou o que existiu de mais dinâmico e positivo, nos últimos dez anos, em matéria de desenvolvimento rural em Santa Catarina: negociação, articulação e cooperação institucional. O pior disso tudo é que nenhuma outra instituição foi concebida para dar continuidade à imprescindível articulação técnica e política das frágeis organizações não-governamentais que elegeram o desenvolvimento rural como campo de atuação. Resta-nos o consolo da quinta lição da experiência italiana: “a história institucional costuma evoluir lentamente (...), o tempo é medido em décadas” (2).

Literatura citada

1. RAUD, C. *Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense*. Florianópolis, Ed. da UFSC/Blumenau: Ed. da FURB, 1999. 276p.
2. PUTMAN, R.D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 257p.

Ademir Antonio Cazella, eng. agr. Dr., professor adjunto do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina – CCA/UFSC –, C.P. 476, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 331-5357, e-mail: acazella@cca.ufsc.br.

¹Estamos nos referindo especificamente ao Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – Cepagro (Florianópolis), ao Centro Vianei de Educação Popular – Vianei (Lages), à Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – Apaco (Chapecó), ao Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais – Cepagri (Caçador), à Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – Agreco (Santa Rosa de Lima) e ao Centro de Motivação Ecológico e Alternativas Rurais – Cemear.